

EDITAL E ANEXOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS EXCLUSIVOS E COTA RESERVADA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 071/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
1205001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026

ÓRGÃO REQUISITANTE:
Secretaria Municipal de Saúde

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
Secretaria Municipal de Saúde

TIPO DE LICITAÇÃO:
MENOR PREÇO "POR LOTE"

REGIME DE EXECUÇÃO:
EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO "FORNECIMENTO PARCELADO"

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL LICITANET, site: <http://www.licitanet.com.br>

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Início: 07/07/2026 - Término: 23/07/2026, às 08:30hs (Horário de Brasília)

SESSÃO PÚBLICA: 23/07/2026, às 08:30h (Horário de Brasília)

Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira

HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs e das 14:00hrs às 18:00hrs (horário local).

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, localizada na Av. Dr. Antonio Sampaio, nº 100, Centro, CEP: 65.465-000, Matões do Norte/MA.

E-mail para contato com a CPL: cplmatoesdonorte.ma@hotmail.com

O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico: www.matoesdonorte.gov.br

PREGOEIRO MUNICIPAL:

Allan Lima da Silva

Pregoeiro Municipal

PORTARIA Nº 158/2026

E-mail: cplmatoesdonorte.ma@hotmail.com

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1205001/2026**

MODO DE DISPUTA ABERTO

“LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS EXCLUSIVOS E COTA RESERVADA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.”

O MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.831/0001-87, através da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Secretária Municipal, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **08:30 hrs, do dia 23/07/2026**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento, **“MENOR PREÇO POR LOTE”** que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 071/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.licitanet.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal LICITANET, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **“MENOR PREÇO POR LOTE”**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 65/2021 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de R\$ (Orçamento de caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021).

2.2. A adoção desse procedimento visa impedir a formação de conluíus entre os licitantes e assegurar que as propostas apresentadas reflitam de maneira mais fiel os valores de mercado, evitando sobrepreços ou possíveis manipulações.

2.3. Além disso, a confidencialidade do orçamento previamente elaborado pela Administração protege o interesse público ao permitir uma disputa mais justa entre os participantes, impedindo que eventuais licitantes ajustem seus preços com base no orçamento previamente divulgado, o que poderia comprometer a economicidade e a vantagem da contratação.

2.4. Dessa forma, justifica-se a aplicação do orçamento sigiloso como medida essencial para resguardar o erário e promover uma concorrência leal entre os participantes do certame, em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade que regem as contratações públicas.

2.5. A Pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital, e será disponibilizado o acesso ao público somente após a fase de lances, por se tratar de licitação com valor sigiloso.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, que será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme Art. 17º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL LICITANET.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Em conformidade com a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, em seu **artigo 48, inciso I**, a participação exclusiva de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE para os itens de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Inciso III, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do

projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio <https://verificador.iti.gov.br>, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos,

bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a PREGOEIRO e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um) centavo*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inequívolo.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a PREGOEIRO, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e

- fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com a PREGOEIRO, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a PREGOEIRO persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. A PREGOEIRO solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado aa PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, a PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.24. Levando em consideração o critério de julgamento da proposta ser MENOR PREÇO DO LOTE, o LICITANTE DEVERÁ APLICAR O DESCONTO PERCENTUAL OFERTADO NO LOTE DE FORMA LINEAR PARA TODOS OS ITENS, A FIM DE QUE TODOS OS ITENS PERMANEÇAM COM O MESMO DESCONTO PERCENTUAL, EVITANDO ASSIM O “O JOGO DE PLANILHAS” SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a PREGOEIRO verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “8.1.1.”, “8.1.2.” e “8.1.3.” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a PREGOEIRO diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a PREGOEIRO verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a PREGOEIRO examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da PREGOEIRO, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

8.9.3. Em caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, cuja propostas estejam acima de 25% de desconto, serão efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1 Levando em consideração o critério de julgamento das propostas ser o MENOR PREÇO POR LOTE, a licitante DEVERÁ apresentar sua comprovação de exequibilidade (planilha de composição de preços, comprovação do valor do custo, despesas com frete, encargos, impostos...) para todos os itens que compõe o lote, sendo que a ausência da comprovação de um item, a proposta será desclassificada do lote.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela PREGOEIRO, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam no item 9.11 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Considerando o disposto no art. 63, II e III, da Lei nº 14.133/2021, a verificação da validade dos documentos de habilitação ocorrerá, tendo como referência, o dia em que estes forem efetivamente apresentados, e não a data de início da sessão.

9.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral do Município de Matões do Norte, se for o caso.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL LICITANET, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL LICITANET**;

9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação da PREGOEIRO.

9.12. A verificação pela PREGOEIRO, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da PREGOEIRO.

9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a PREGOEIRO examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no edital.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.23.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.23.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.23.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.23.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.23.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos últimos 02 (dois) anos (exercício financeiro), apresentados na forma da lei, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei de acordo com seu enquadramento e legislação pertinente, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou Por cópia integral do Livro Diário, com Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos artigos 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da lei 10.406/2002:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.25.7. As empresas que não optaram ao regime tributário do Simples Nacional durante o exercício financeiro a que se refere as informações contábeis, deverão apresentar o Balanço Patrimonial completo, incluindo os termos de abertura e encerramento, bem como as demonstrações contábeis no formato ECD/SPED, ou o livro caixa, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do art. 45 da Lei 8.981/95, nos termos da Instrução Normativa nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021).

9.25.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamen-

te assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.25.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.9.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da IN Seges/ME nº 116/2021](#)) ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.26.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em fornecer seus serviços/produtos aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente inspecionadas, bem como assegurar que a qualidade esteja de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

9.26.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

9.26.1.1.1. Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de execução de complexidade tecnológica e operacional similar, equivalente ou superior. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

9.26.1.1.2. A licitante de forma facultativa poderá apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas fiscais evitando a possível abertura de diligências.

9.26.1.1.3. A Prefeitura Municipal de Matões do Norte(MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.26.1.2. Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia em nome da empresa licitante vigente.

9.26.1.3. Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária, pertencente ao Estado ou Município onde se encontra o estabelecimento da empresa licitante, comprovando que está apta a comercializar o objeto da licitação.

9.26.1.4. Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa de medicamentos comuns/ especiais (de acordo com os itens vencidos) expedida pela **ANVISA** e cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União atualizado.

9.26.1.5. Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa de Produtos de Saúde (de acordo com os itens vencidos) expedida pela **ANVISA** e cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União atualizado.

9.26.1.6. Licença para Transporte de medicamentos comuns e especiais expedido pela Autoridade Sanitária Municipal ou Estadual e Federal (esta última acompanhado obrigatoriamente da publicação do Diário Oficial da União) dentro de seu prazo de validade.

9.26.1.7. Licença para Transporte de Produtos de Saúde expedido pela Autoridade Sanitária Municipal ou Estadual e Federal (esta última acompanhado obrigatoriamente da publicação do Diário Oficial da União) dentro de seu prazo de validade.

9.26.1.8. Deverá constar na autorização de funcionamento expedida pela ANVISA, o nome do Responsável Técnico e Responsável Legal de acordo com os apresentados no CRF e Registro Comercial ou Contrato Social.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.

9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.4.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.4.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema LICITANET no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela PREGOEIRO durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas previstas em lei e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na legislação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

15.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. Fica eleito o foro da Comarca de Matões do Norte/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.matoesdonorte.gov.br e-mail: cplmatoesdonorte.ma@hotmail.com e Sistema do TCE no endereço eletrônico <https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata>, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, sito à Av. Dr. Antonio Sampaio, nº 100, Centro, CEP: 65.465-000, Matões do Norte/MA, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16. deste instrumento.

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:

16.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.

16.1.2. Anexo II - Termo de Referência.

16.1.2.1. Apêndice A - ETP

16.1.3. Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços

16.1.4. Anexo IV - Minuta do Contrato.

Matões do Norte/MA, em 07 de julho de 2026.

Jenilson Bezerra Neves
Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

**ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

AO
SETOR DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 022/2026

Senhora PREGOEIRO,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:

Razão Social

CNPJ:

Endereço:

E-mail Oficial de comunicação:

| Tel:

Valor Total da Proposta: R\$......(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:

4. VALIDADE DO OBJETO:

5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS PRODUTOS:

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

(local e data)

(Nome e assinatura do responsável da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA.

2. NATUREZA DO OBJETO

2.1 Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 071/2023.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação visa atender à necessidade de aquisição dos itens constantes nos lotes declarados fracassados no Pregão Eletrônico nº 003/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 1205001/2026.

3.1. Considerando que os referidos itens permanecem necessários ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e que não foi possível a sua contratação no certame anterior, torna-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a adequada prestação dos serviços públicos.

3.2. Os materiais laboratoriais são indispensáveis para a realização de exames e diagnósticos precisos, fundamentais para a definição de condutas clínicas adequadas. A aquisição desses materiais é necessária para assegurar a disponibilidade contínua de reagentes, insumos e equipamentos utilizados em exames laboratoriais rotineiros e de urgência, garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados, essenciais para o diagnóstico correto e o tratamento eficaz, bem como manter a capacidade de resposta rápida a surtos de doenças infecciosas e outras emergências de saúde pública.

3.1.4. Os materiais e instrumentos odontológicos são essenciais para a prestação de serviços de saúde bucal, que integram a atenção básica à saúde. A aquisição desses itens é necessária para viabilizar a realização de procedimentos odontológicos de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças bucais, assegurar o atendimento contínuo e de qualidade nas unidades de saúde bucal e promover a saúde bucal da popula-

ção, prevenindo agravos, complicações mais graves e impactos negativos na qualidade de vida dos usuários.

3.1.5. Os medicamentos psicotrópicos são essenciais para o tratamento de transtornos mentais e comportamentais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes. A necessidade de aquisição desses medicamentos fundamenta-se no atendimento à demanda crescente por tratamentos em saúde mental, incluindo depressão, ansiedade, transtornos psicóticos e esquizofrenia, garantindo o acesso a terapias adequadas para pacientes em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social e a reabilitação, bem como no cumprimento dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelas políticas públicas de saúde mental.

3.1.6. Dessa forma, justifica-se a instauração de novo processo licitatório contemplando exclusivamente os lotes fracassados, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

3.3 ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

3.3.1 ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

3.3.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

4 FONTE DE RECURSO

4.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, que será informado no ato de formalização do contrato.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá atender às necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA, garantindo o fornecimento contínuo e adequado materiais laboratoriais, materiais e instrumentos odontológicos e medicamentos psicotrópicos, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo.

5.2. Os produtos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, de qualidade comprovada e em perfeito estado de conservação, respeitando integralmente as normas técnicas aplicáveis, as especificações do fabricante e as exigências sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.3. Os medicamentos psicotrópicos e demais produtos sujeitos a controle especial deverão observar rigorosamente a legislação específica, incluindo as normas da ANVISA

e do Ministério da Saúde, devendo a empresa contratada possuir as autorizações legais necessárias para comercialização, transporte e fornecimento desses itens.

5.5. Os materiais laboratoriais, materiais e instrumentos odontológicos deverão atender às normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, quando couber, apresentando certificações, registros ou declarações de conformidade exigidas pela legislação sanitária e regulatória.

5.5. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, comprovada por meio de documentos de habilitação, bem como estar regular quanto às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais, conforme exigido na legislação vigente.

5.6. O fornecimento dos produtos deverá ocorrer de forma parcelada ou conforme a necessidade da Administração, observando os prazos, locais e condições de entrega definidos no Termo de Referência, de modo a assegurar o abastecimento contínuo das unidades de saúde e evitar desabastecimento.

5.9. A contratada deverá garantir logística adequada para transporte, armazenamento e entrega dos produtos, preservando suas características físicas, químicas e biológicas, especialmente no caso de medicamentos termolábeis e insumos sensíveis.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Entrega

7.1.2 O prazo de entrega é de 05 (cinco) dias úteis, contados da ordem de fornecimento, em remessa única. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2 Local de entrega dos produtos

7.2.1 Os produtos deverão ser entregues no endereço indicados pela Secretária Municipal de Saúde constante na ordem de compra, no Município de Matões do Norte/MA.

7.3 Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.3.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 Preposto

7.6.1 A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.7 Fiscalização

7.7.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA.

7.7.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.3 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.7 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.7.8 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.9 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.8 Gestor do Contrato

7.8.1 O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

7.8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.8.3 para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.8.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.8.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.8.6 8.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.8.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Recebimento

8.1.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3 o prazo de validade;

8.2.4 a data da emissão;

8.2.5 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.6 o período respectivo de execução do contrato;

8.2.7 o valor a pagar;

8.2.8 e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.11 Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

8.4.2 O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

8.4.3 A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 9.4.1 acima.

8.4.4 Caso a CONTRATADA seja Optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 9.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.

8.4.5 O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

8.4.6 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

8.4.7 . A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

8.4.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos mo-

ratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \left(\frac{TX}{100} \right) \left(\frac{6}{100} \right) \left(\frac{1}{365} \right) = 0,00016438$$

$$365 \quad 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):

9.2 Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido de forma satisfatória itens da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

10 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento dos itens com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades da Administração Pública. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

10.2 Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços

10.2.1 Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedor(es) a ser(em) registrado(s), convocará

a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá(ão) firmar a contratação no prazo instituído no subitem

10.2.2 sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

10.2.3 A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para assinatura da Ata, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

10.2.4 O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite do Município.

10.3 Da vigência da Ata de Registro de Preço

10.3.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por igual período.

10.3.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

1.1.1. **a)** apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

1.1.2. **b)** demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

10.3.3 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

10.3.4 Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

10.3.5 O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

11 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do **MENOR PREÇO “POR ITEM”**.

11.2 Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

12 DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

12.1 Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

12.1.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

12.1.3 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

12.1.4 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;

12.1.5 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes a execução do contrato;

12.1.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com o Contrato;

12.1.7 Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento para fornecimento dos itens contratados;

12.2 Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.2.1 Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;

12.2.2 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos itens/serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

12.2.3 Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

12.2.4 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.5 Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

12.2.6 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.7 Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

12.2.8 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA;

12.2.9 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA;

12.2.10 A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

13 CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

13.2 A administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 071/2023.

13.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3 implica o reconhecimento de que:

13.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

13.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.5 O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

13.6 Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.7 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

14 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5 fraudar a licitação

14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.5 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

16 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

16.1 O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

16.1.1 Habilitação jurídica;

16.1.2 Habilitação Técnica (conforme disposições contidas no item 9.);

16.1.3 Fiscal, Social e Trabalhista;

16.1.4 Qualificação econômico-financeira;

16.1.5 Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17 VALOR ESTIMADO

17.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 071/2023, conforme valores abaixo:

17.2 Os valores de referência adotados foram extraídos através do sistema de Banco de Preços, com valores praticados por outros órgãos da Administração Pública, após avaliação criteriosa na qual se constatou a inexistência de grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, foi estimado o valor total de **R\$ (Orçamento de caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021)**.

17.3 Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

➤ **AMPLA PARTICIPAÇÃO** – Os lotes serão abertos a participação de todas as empresas, independente do seu porte de enquadramento.

➤ **COTA RESERVADA 20%**– Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Federal nº 123/2006 deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Desta forma, 10% dos valores de cada lote serão destinados para cota reservada exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP;

17.4 A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, não aplicará o disposto acima mencionado, quando:

- a) Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e

- b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

**LOTES EXCLUSIVOS E COTA RESERVADA 20 %
MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP**

LOTE I - MATERIAIS LABORATORIAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
1	ACIDO CLORÍDRICO	UNIDADE	1	SIGILOS	SIGILOS
2	ÁCIDO ÚRICO C/100 TESTES	KIT	8	SIGILOS	SIGILOS
3	AGUA DEIONIZADA 5000ML	GALÃO	10	SIGILOS	SIGILOS
4	ALBUMINA 250ML C/250 TESTES	KIT	10	SIGILOS	SIGILOS
5	ÁLCOOL 99,5% ABSOLUTO 1.000ML	LITRO	12	SIGILOS	SIGILOS
6	ALCOOL ACIDO 3% DESCOLORANTE PARA BAAR 1000ML	LITRO	4	SIGILOS	SIGILOS
7	ALCOOL METILICO (METANOL) P.A. 1000ML	LITRO	10	SIGILOS	SIGILOS
8	ALT / TGO CINÉTICO UV	KIT	6	SIGILOS	SIGILOS
9	ANTI HIV ½ TESTE RÁPIDO C/25 TESTES	KIT	10	SIGILOS	SIGILOS
10	ANTICOAGULANTE EDTA 20ML	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
11	ANTICOAGULANTE P/ GLICOSE FLUORETO 20ML	UNIDADE	9	SIGILOS	SIGILOS
12	ASO LÁTEX C/100 TESTES	KIT	6	SIGILOS	SIGILOS
13	AST / TGP CINÉTICO UV	KIT	6	SIGILOS	SIGILOS
14	AVENTAL DE TECIDO COM FORRO	UNIDADE	4	SIGILOS	SIGILOS
15	AZUL DE METILENO 1.000ML	FRASCO	10	SIGILOS	SIGILOS
16	BALÃO VOLUMÉTRICO COM TAMPA 1000ML	UNIDADE	2	SIGILOS	SIGILOS
17	BETA HCG - TESTE RÁPIDO C/25 TESTES	KIT	8	SIGILOS	SIGILOS
18	BICO DE BUNSEM COM REGISTRO	UNIDADE	1	SIGILOS	SIGILOS
19	BILIRRUBINA TOTAL 50ML C/200 TESTES	KIT	9	SIGILOS	SIGILOS
20	CÁLICE DE SEDIMENTAÇÃO DE VIDRO 60ML	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
21	CALICE P/ SEDIMENTAÇÃO GRADUADO 30ML	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
22	CÂMERA DE NEUBAUER ESPELHADA	UNIDADE	6	SIGILOS	SIGILOS
23	COLESTEROL ENZIMÁTICO C/200 TESTES	KIT	20	SIGILOS	SIGILOS
24	COLESTEROL HDL ENZIMÁTICO C/100 TESTES	KIT	6	SIGILOS	SIGILOS
25	COLETOR UNIVERSAL 80ML	UNIDADE	600	SIGILOS	SIGILOS
26	COLORAÇÃO DE ZIEHL NELSEN 3X500ML	KIT	6	SIGILOS	SIGILOS

27	CREATININA COLORIMÉTRICA	KIT	6	SIGILOS	SIGILOS
28	CRONÔMETRO DIGITAL	UNIDADE	2	SIGILOS	SIGILOS
29	E A 36 1000ML	LITRO	4	SIGILOS	SIGILOS
30	ESTANTE DE PLÁSTICO C/36 TUBOS 17MM	UNIDADE	2	SIGILOS	SIGILOS
31	ESTANTE DE PLÁSTICO P/ 60 TUBOS 15X17MM	UNIDADE	2	SIGILOS	SIGILOS
32	FATOR REUMATÓIDE LÁTEX C/100 TESTES	KIT	4	SIGILOS	SIGILOS
33	FENOL P.A 500G	FRASCO	2	SIGILOS	SIGILOS
34	FITA REATIVA P/ URINA C/100 UND	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
35	FORMOL 37% 1.000ML	LITRO	4	SIGILOS	SIGILOS
36	FOSFATO DE POTASSIO MONOBÁSICO P.A 0500G	FRASCO	2	SIGILOS	SIGILOS
37	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO ANÍDRO P.A. 1KG	FRASCO	2	SIGILOS	SIGILOS
38	FRASCO AMBAR GRAD. COM TAMPA 500ML	UNIDADE	2	SIGILOS	SIGILOS
39	FUCSINA FENICADA GRAM 500ML	FRASCO	6	SIGILOS	SIGILOS
40	GLICERINA P.A. 1000ML	LITRO	4	SIGILOS	SIGILOS
41	GLICOSE ENZIMÁTICA C/500 TESTES	KIT	10	SIGILOS	SIGILOS
42	HEMATOXILINA DE HARRIS 1000ML	UNIDADE	4	SIGILOS	SIGILOS
43	HEMATOXILINA DE HARRIS 500ML	UNIDADE	4	SIGILOS	SIGILOS
44	LÂMINA FOSCA NÃO LAPIDADA C/ 50 UNID	CAIXA	16	SIGILOS	SIGILOS
45	LÂMINA LISA NÃO LAPIDADA C/ 50 UNIDS	CAIXA	10	SIGILOS	SIGILOS
46	LAMÍNULA P/MICROSCÓPIO 22X22MM C/100 UNID	CAIXA	10	SIGILOS	SIGILOS
47	LAMPARINA A ÂLCOOL DE METAL	UNIDADE	1	SIGILOS	SIGILOS
48	LAMPARINA DE VIDRO A ÂLCOOL 100ML	UNIDADE	2	SIGILOS	SIGILOS
49	LANÇETA PARA CANETA CX C/100UND	CAIXA	6	SIGILOS	SIGILOS
50	LANCETA PICADORA C/200UND	CAIXA	6	SIGILOS	SIGILOS
51	LANCETADOR DESCARTAVEL – 100 UNIDADES	CAIXA	4	SIGILOS	SIGILOS
52	LÍQUIDO DE TURCK 1.000ML	FRASCO	4	SIGILOS	SIGILOS
53	LUGOL FORTE 2% 1.000ML	FRASCO	3	SIGILOS	SIGILOS
54	MASCARA BICO DE PATO PARA TUBERCULOSE FR 95	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
55	ÓLEO DE IMERSÃO 100ML	UNIDADE	6	SIGILOS	SIGILOS
56	ORANGE 1000ML	UNIDADE	6	SIGILOS	SIGILOS
57	PANÓTICO RÁPIDO P/COLORAÇÃO 3X500ML	KIT	5	SIGILOS	SIGILOS
58	PAPEL DE FILTRO QUALITATIVO 15,0CM 100FLS	CAIXA	6	SIGILOS	SIGILOS

59	PAPEL DE FILTRO QUALITATIVO 18,5CM 100FLS	CAIXA	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
60	PÊRA DE BORRACHA C/ 3 VIAS 100ML	UNIDADE	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
61	PIPETA DE WESTHEGREEN C/SUPORTE VHS 200ML	UNIDADE	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
62	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 10ML 1/10 – VIDRO	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
63	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 1ML 1/100 – VIDRO	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
64	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 5ML 1/10 – VIDRO	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
65	PIPETA VIDRO LI VHS	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
66	PLACA DE KLINE 12 ESCAVAÇÕES	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
67	PLACA DE VIDRO FINA 6MM	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
68	PONTEIRA UNIVERSAL (0 A 200µL) AMARELA C/1.000 UNID	PACOTE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
69	PONTEIRA UNIVERSAL (200 A 1.000µL) AZUL C/1.000 UNID	PACOTE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
70	PROTEÍNA C RETAIVA - PCR LÁTEX C/100 TESTES	KIT	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
71	PROVETA GRAD BASE HEXAG DE POLIEST 250ML	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
72	PROVETA GRAD BASE HEXAG DE POLIEST 500ML	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
73	PSA TESTE RÁPIDO C/20 TESTES	KIT	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
74	SOLUCAO DE MILTON	LITRO	12	SIGILOSOS	SIGILOSOS
75	SORO ANTI-A – 10ML	FRASCO	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
76	SORO ANTI-AB – 10ML	FRASCO	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
77	SORO ANTI-B – 10ML	FRASCO	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
78	SORO ANTI-D – 10ML	FRASCO	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
79	SORO COOMBS POLIESP 10ML	FRASCO	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
80	SUPORTE PLASTICO PARA 8 MICROPIPETA	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
81	SWAB ESTERIL HASTE PLASTICA C/100UND	PACOTE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
82	TESTE RÁPIDO DE DENGUE C/25	KIT	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
83	TOUCA DESC. SANFONADA C/ ELÁSTICO C/100 UNIDADES	PACOTE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
84	TRIGLICÉRIDES ENZIMÁTICO C/100 TESTES	KIT	16	SIGILOSOS	SIGILOSOS
85	TUBO 12X75MM VIDRO S/ TAMP	UNIDADE	400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
86	TUBO 13X100MM VIDRO S/ TAMP	UNIDADE	400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
87	TUBO A VÁCUO CITRATO SÓDICO 4,5ML C/ TAMP C/100 UNID (AZUL)	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
88	TUBO A VÁCUO EDTA 4ML C/ TAMP C/100 UNID (ROXO)	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS

89	TUBO A VÁCUO FLUORETO 4ML C/ TAMPA C/100 UNID (CINZA)	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
90	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 4ML C/ TAMPA C/100 UNID (AMARELA)	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
91	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 4ML C/ TAMPA C/100 UNID (VERMELHO)	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
92	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 10ML C/ TAMPA C/100 UNID (VERMELHO)	CAIXA	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
93	TUBO CAPILAR S/ HEPARINA C/500 UNID	CAIXA	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
94	TUBO CONICO P/CENTR.GRAD.PP	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
95	TUBO DE ENSAIO DE CRISTAL S/ TAMPA 15X100MM	UNIDADE	160	SIGILOSOS	SIGILOSOS
96	TUBO DE ENSAIO DE CRISTAL S/TAMPA 15X130MM	UNIDADE	160	SIGILOSOS	SIGILOSOS
97	URÉIA ENZIMÁTICA C/500 TESTES	KIT	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
98	VDRL5ML C/300 TESTES	KIT	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
99	KIT PARA TESTE DE SENSIBILIDADE ESTENSÍOMETRO (SEM-MES - WEINSTEIN) MONOFILAMENTO	KIT	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
100	PORTA LÂMINAS (CAPACIDADE PARA 3 LÂMINAS) BOREL PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
101	COTONETE SWAB INDIVIDUAL (ESTÉRIL)	UNIDADE	80	SIGILOSOS	SIGILOSOS
LOTE II – MATERIAL ODONTOLÓGICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
102	ABRIDOR DE BOCA ADULTO	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
103	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
104	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% 10ML	FRASCO	60	SIGILOSOS	SIGILOSOS
105	ADESIVO DENTÁRIO	FRASCO	24	SIGILOSOS	SIGILOSOS
106	ÁGUA DESTILADA P/AUTOCLAVE 5 LITROS	GALÃO	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
107	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 UNID	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
108	AGULHA GENGIVAL 30G LONGA C/100 UNID	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
109	ALAVANCA SELDIN AD. CURVA DIREITA	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
110	ALAVANCA SELDIN AD. CURVA ESQUERDA	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
111	ALAVANCA SELDIN AD. RETA	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
112	ÁLCOOL 70° C/12	CXS	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
113	ALGODÃO EM ROLETE	PACOTE	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
114	ALVEOLÓTOMO RETO LM	UNID	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
115	ANESTÉSICO LOCAL 3% (ALPHACAINE)C/50	CAIXA	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS

116	ANESTÉSICO ODONTOLÓGICO (MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA) 2% C/V CX C/ 50 UNID	CAIXA	60	SIGILOSOS	SIGILOSOS
117	ANESTÉSICO TÓPICO ODONTOLÓGICO 12G	POTE	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
118	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	UNIDADE	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
119	BROCA - KIT DE ACABAMENTO PARA RESINA	KIT	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
120	BROCA CARBIDE FG CIRURGICA 700	UNIDADE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
121	BROCA CIRURGICA CILÍNDRICA	UNID	7	SIGILOSOS	SIGILOSOS
122	BROCA CIRURGICA ESFÉRICA	UNID	7	SIGILOSOS	SIGILOSOS
123	BROCA DIAMANTADA 1012	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
124	BROCA DIAMANTADA 1014	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
125	BROCA DIAMANTADA 1016	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
126	BROCA PERA	UNIDADE	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
127	BROCA PONTA DE LAPIS	UNIDADE	16	SIGILOSOS	SIGILOSOS
128	BROQUEIRO PARA CANETA ALTA C/20 PONTAS	KIT	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
129	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO METÁLICA	UNID	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
130	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO COM FLUOR (VILLEVIE)	UNID	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
131	CLORIDRATO DE PRILOCAINA 3% + FELIPRESSINA 1,8ML C/50	CAIXA	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
132	COLGADURA	UNID	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
133	CUNHA DE MADEIRA E/OU PLÁSTICA C/100	CXS	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
134	CURATIVO ALVEOLAR (ALVEOLEX)	UNID	2	SIGILOSOS	SIGILOSOS
135	CURETA DE ALVÉOLO Nº02	CXS	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
136	CURETA DE ALVÉOLO Nº04	CXS	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
137	CURETAS MC CALL 11-12	UNIDADE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
138	CURETAS MC CALL 13-14	UNIDADE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
139	CURETAS MC CALL 17-18	UNIDADE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
140	CURETAS MC CALL 19-20	UNIDADE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
141	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
142	ESPÁTULA DE INSERÇÃO	UNIDADE	12	SIGILOSOS	SIGILOSOS
143	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 24	UND	3	SIGILOSOS	SIGILOSOS
144	ESPATULA P/ RESINA COMPOSTA THOPSON, ANTERIOR E POSTERIOR	UNIDADE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
145	EXPLORADOR Nº 05	UNIDADE	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
146	FILME PERIAPICAL ADULTO/INFANTIL C/150 UNID	CAIXA	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
147	FIO DENTAL 500M	UNID	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS
148	FIO SUTURA NYLON 4-0	CXS	24	SIGILOSOS	SIGILOSOS
149	FITA CARBONO PARA ARTICULAÇÃO C/12	CXS	4	SIGILOSOS	SIGILOSOS

150	FIXADOR P/RAIO-X ODONTO-LÓGICO C/ 475ML	UNIDADE	12	SIGILOSO	SIGILOSO
151	FLÚOR GEL 200ML	FRASCOS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
152	FORCEPS ADULTO N. 17	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
153	FORCEPS Nº 150	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
154	FORCEPS Nº 151	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
155	FORCEPS Nº 16	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
156	FORCEPS Nº 17	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
157	FORCEPS Nº 18L	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
158	FORCEPS Nº 18R	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
159	FORCEPS Nº 65	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
160	FORCEPS Nº 69	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
161	FORMOCRESOL 10ML	FRASCO	4	SIGILOSO	SIGILOSO
162	GAZE 7,5X7,5 9 FIOS C/500UNID	PCT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
163	GORRO C/100 UNID	PCT	4	SIGILOSO	SIGILOSO
164	HEMOSTÁTICO LIQUIDO (HEMOSTOP)	UNID	4	SIGILOSO	SIGILOSO
165	HIDRO C - 24G	UNIDADE	6	SIGILOSO	SIGILOSO
166	IONÔMERO DE VIDRO FOTO ATIVADO	CXS	5	SIGILOSO	SIGILOSO
167	KIT DE BORRACHAS DE ACABAMENTO DE RESINA	KIT	3	SIGILOSO	SIGILOSO
168	KIT DE CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO SPRY TRIPLO C/ REFRIGERAÇÃO	KIT	2	SIGILOSO	SIGILOSO
169	LÂMINA P/ BISTURI Nº 11 CX C/100 UNID	CAIXA	3	SIGILOSO	SIGILOSO
170	LÂMINA P/ BISTURI Nº 15 CX C/100 UNID	CAIXA	3	SIGILOSO	SIGILOSO
171	LUVAS DE PROCEDIMENTOS C/100 UNID TAM. M	CAIXA	60	SIGILOSO	SIGILOSO
172	LUVAS DE PROCEDIMENTOS C/100 UNID TAM. P	CAIXA	60	SIGILOSO	SIGILOSO
173	MÁSCARA DESC. TRIPLA C/ ELÁSTICO C/ 100 UNID	CAIXA	20	SIGILOSO	SIGILOSO
174	MATRIZ DE AÇO 5MM	UNIDADE	6	SIGILOSO	SIGILOSO
175	MATRIZ DE AÇO 7MM	UNIDADE	6	SIGILOSO	SIGILOSO
176	MICROBRUSH C/ 100 UNID	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
177	OCULOS PARA PROTEÇÃO	UNID	2	SIGILOSO	SIGILOSO
178	OLÉO LUBRIFICANTE P/ CANETA DE ALTA/BAIXA ROTAÇÃO 100ML	UNIDADE	4	SIGILOSO	SIGILOSO
179	OTOSPORIN C/ 10ML	FRASCO	3	SIGILOSO	SIGILOSO
180	PASTA PROFILÁTICA	TUBO	14	SIGILOSO	SIGILOSO
181	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2 (FILLMAGIC)	UNID	9	SIGILOSO	SIGILOSO
182	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3 (FILLMAGIC)	UNID	9	SIGILOSO	SIGILOSO
183	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3,5 (FILLMAGIC)	UNID	9	SIGILOSO	SIGILOSO

184	SUGADOR DESCARTÁVEL C/40 UNID	PCT	60	SIGILOSOS	SIGILOSOS
185	TIRA DE LIXA P/ ACABAMENTO DE AMÁLGAMA C/12	PACOTE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
186	TIRA DE POLIÉSTER C/50 UNID	PACOTE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
187	TIRA DE LIXA DE POLIESTER C/150 UNID	PACOTE	6	SIGILOSOS	SIGILOSOS
188	VIDRION F LIQ. 8ML	FRASCO	3	SIGILOSOS	SIGILOSOS
189	VIDRION F PÓ 10G	FRASCO	3	SIGILOSOS	SIGILOSOS
LOTE III – MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL (PORTARIA 344/1998)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
190	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
191	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML	FRASCO	120	SIGILOSOS	SIGILOSOS
192	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
193	AMITRIPITILINA 25MG	UNIDADE	7.200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
194	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	960	SIGILOSOS	SIGILOSOS
195	BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO	720	SIGILOSOS	SIGILOSOS
196	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO	720	SIGILOSOS	SIGILOSOS
197	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO	7.200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
198	CARBAMAZEPINA 20MG/ML	FRASCO	80	SIGILOSOS	SIGILOSOS
199	CARBAMAZEPINA 400MG	COMPRIMIDO	240	SIGILOSOS	SIGILOSOS
200	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMPRIMIDO	240	SIGILOSOS	SIGILOSOS
201	CLONAZEPAM 0,5MG	COMPRIMIDO	240	SIGILOSOS	SIGILOSOS
202	CLONAZEPAM 2,5MG/ML	FRASCO	480	SIGILOSOS	SIGILOSOS
203	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	7.200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
204	CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
205	CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
206	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - 2 ML	AMPOLAS	360	SIGILOSOS	SIGILOSOS
207	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5 MG/ML - 2,5	AMPOLAS	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
208	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML - 2 ML	AMPOLAS	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
209	DIAZEPAM 5MG/ML SOL. INJ - 2 ML	AMPOLAS	200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
210	DIAZEPAM 10MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
211	DIAZEPAM 5MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
212	FENITOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
213	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO	4.800	SIGILOSOS	SIGILOSOS
214	FENOBARBITAL GOTAS 40MG/ML	FRASCO	120	SIGILOSOS	SIGILOSOS
215	FLUOXETINA 20MG	CÁPSULA	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
216	HALOPERIDOL 5MG/ML SOL. INJ. - 2ML	AMPOLAS	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
217	HALOPERIDOL 1MG	COMPRIMIDO	200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
218	HALOPERIDOL 2MG/ML	FRASCO	200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
219	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
220	LEVOMEPRIMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS

221	LEVOMEPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
222	OLANZAPINA 10 MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
223	PAROXETINA 20MG	COMPRIMIDO	4.800	SIGILOSOS	SIGILOSOS
224	PERICIAZINA 10MG /ML	FRASCO	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
225	PERICIAZINA 40 MG/ML	FRASCO	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
226	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	3.800	SIGILOSOS	SIGILOSOS
227	RISPERIDONA 2MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
228	RISPERIDONA 3MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
229	SERTRALINA CLD 50MG	COMPRIMIDO	2.000	SIGILOSOS	SIGILOSOS
230	OLANZAPINA 5MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
231	RISPERIDONA 1MG/ML	FRASCO	960	SIGILOSOS	SIGILOSOS
232	VENLAFAXINA 75MG	COMPRIMIDO	1.200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
233	QUETIAPINA 25MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
LOTE IV – INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL
234	AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR P TIREOIDE	UNID	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
235	BANDEJA (22X17X1,5CM)	UNID	25	SIGILOSOS	SIGILOSOS
236	CABO DE BISTURI Nº03	UNID	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
237	CABO DE ESPELHO	UNID	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
238	CAIXA CIRURGICA METAL RE-TANGULAR (32X16X8CM)	UNID	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
239	CAIXA METALICA 26X14X06 CM	UNID	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
240	CAMARA ESCURA PORTÁTIL	UNID	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
241	CURETA DE DENTINA	UNID	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
242	DESCOLADOR DE MOLT Nº 09	UNIDADE	30	SIGILOSOS	SIGILOSOS
243	ESPELHO BUCAL Nº 05 COM CABO	UNIDADE	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
244	ESPELHO BUCAL Nº 05 SEM CABO	UNIDADE	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
245	FOTOPOLIMERIZADOR	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
246	PINÇA CLÍNICA Nº17 COMUM	UNIDADE	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
247	PINÇA HEMOSTATICA PEQUENA TIPO KELLY CURVA	UNIDADE	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
248	PLACA DE VIDRO GROSSA	UNIDADE	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
249	PONTAS DIAMANTADA P/ ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA, SERIE FF	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
250	PONTAS DIAMANTADA P/ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA, SERIE F	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
251	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
252	POTES DE DAPPEN DE VIDRO	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
253	SELANTE	UNID	12	SIGILOSOS	SIGILOSOS
254	SERINGA CARPULE	UNID	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
255	SINDEMOTOMOS	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS

256	SONDA MILIMETRADA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
257	TESOURA RETA PEQUENA	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO

COTA AMPLA PARTICIPAÇÃO

LOTE V - MATERIAIS LABORATORIAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
258	ACIDO CLORÍDRICO	UNIDADE	4	SIGILOSO	SIGILOSO
259	ÁCIDO ÚRICO C/100 TESTES	KIT	32	SIGILOSO	SIGILOSO
260	AGUA DEIONIZADA 5000ML	GALÃO	40	SIGILOSO	SIGILOSO
261	ALBUMINA 250ML C/250 TESTES	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
262	ÁLCOOL 99,5% ABSOLUTO 1.000ML	LITRO	48	SIGILOSO	SIGILOSO
263	ALCOOL ACIDO 3% DESCOLORANTE PARA BAAR 1000ML	LITRO	16	SIGILOSO	SIGILOSO
264	ALCOOL METILICO (METANOL) P.A. 1000ML	LITRO	40	SIGILOSO	SIGILOSO
265	ALT / TGO CINÉTICO UV	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
266	ANTI HIV ½ TESTE RÁPIDO C/25 TESTES	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
267	ANTICOAGULANTE EDTA 20ML	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
268	ANTICOAGULANTE P/ GLICOSE FLUORETO 20ML	UNIDADE	39	SIGILOSO	SIGILOSO
269	ASO LÁTEX C/100 TESTES	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
270	AST / TGP CINÉTICO UV	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
271	AVENTAL DE TECIDO COM FORRO	UNIDADE	16	SIGILOSO	SIGILOSO
272	AZUL DE METILENO 1.000ML	FRASCO	40	SIGILOSO	SIGILOSO
273	BALÃO VOLUMÉTRICO COM TAMPA 1000ML	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
274	BETA HCG - TESTE RÁPIDO C/25 TESTES	KIT	32	SIGILOSO	SIGILOSO
275	BICO DE BUNSEM COM REGISTRO	UNIDADE	2	SIGILOSO	SIGILOSO
276	BILIRRUBINA TOTAL 50ML C/200 TESTES	KIT	39	SIGILOSO	SIGILOSO
277	CÁLICE DE SEDIMENTAÇÃO DE VIDRO 60ML	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
278	CALICE P/ SEDIMENTAÇÃO GRADUADO 30ML	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
279	CÂMERA DE NEUBAUER ESPELHADA	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
280	COLESTEROL ENZIMÁTICO C/200 TESTES	KIT	80	SIGILOSO	SIGILOSO
281	COLESTEROL HDL ENZIMÁTICO C/100 TESTES	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
282	COLETOR UNIVERSAL 80ML	UNIDADE	2400	SIGILOSO	SIGILOSO
283	COLORAÇÃO DE ZIEHL NELSEN 3X500ML	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
284	CREATININA COLORIMÉTRICA	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO

285	CRONÔMETRO DIGITAL	UNIDADE	8	SIGILOSO	SIGILOSO
286	E A 36 1000ML	LITRO	16	SIGILOSO	SIGILOSO
287	ESTANTE DE PLÁSTICO C/36 TUBOS 17MM	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
288	ESTANTE DE PLÁSTICO P/ 60 TUBOS 15X17MM	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
289	FATOR REUMATÓIDE LÁTEX C/100 TESTES	KIT	20	SIGILOSO	SIGILOSO
290	FENOL P.A 500G	FRASCO	8	SIGILOSO	SIGILOSO
291	FITA REATIVA P/ URINA C/100 UND	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
292	FORMOL 37% 1.000ML	LITRO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
293	FOSFATO DE POTASSIO MONOBÁSICO P.A 0500G	FRASCO	8	SIGILOSO	SIGILOSO
294	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO ANIDRO P.A. 1KG	FRASCO	8	SIGILOSO	SIGILOSO
295	FRASCO AMBAR GRAD. COM TAMPAS 500ML	UNIDADE	8	SIGILOSO	SIGILOSO
296	FUCSINA FENICADA GRAM 500ML	FRASCO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
297	GLICERINA P.A. 1000ML	LITRO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
298	GLICOSE ENZIMÁTICA C/500 TESTES	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
299	HEMATOXILINA DE HARRIS 1000ML	UNIDADE	16	SIGILOSO	SIGILOSO
300	HEMATOXILINA DE HARRIS 500ML	UNIDADE	16	SIGILOSO	SIGILOSO
301	LÂMINA FOSCA NÃO LAPIDADA C/ 50 UNID	CAIXA	64	SIGILOSO	SIGILOSO
302	LÂMINA LISA NÃO LAPIDADA C/ 50 UNIDS	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO
303	LAMÍNULA P/MICROSCÓPIO 22X22MM C/100 UNID	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO
304	LAMPARINA A ÁLCOOL DE METAL	UNIDADE	7	SIGILOSO	SIGILOSO
305	LAMPARINA DE VIDRO A ÁLCOOL 100ML	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
306	LANÇETA PARA CANETA CX C/100UND	CAIXA	24	SIGILOSO	SIGILOSO
307	LANCETA PICADORA C/200UND	CAIXA	24	SIGILOSO	SIGILOSO
308	LANCETADOR DESCARTAVEL – 100 UNIDADES	CAIXA	20	SIGILOSO	SIGILOSO
309	LÍQUIDO DE TURCK 1.000ML	FRASCO	16	SIGILOSO	SIGILOSO
310	LUGOL FORTE 2% 1.000ML	FRASCO	12	SIGILOSO	SIGILOSO
311	MASCARA BICO DE PATO PARA TUBERCULOSE FR 95	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
312	ÓLEO DE IMERSÃO 100ML	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
313	ORANGE 1000ML	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
314	PANÓTICO RÁPIDO P/COLORAÇÃO 3X500ML	KIT	20	SIGILOSO	SIGILOSO
315	PAPEL DE FILTRO QUALITATIVO 15,0CM 100FLS	CAIXA	24	SIGILOSO	SIGILOSO
316	PAPEL DE FILTRO QUALITATIVO	CAIXA	24	SIGILOSO	SIGILOSO

	VO 18,5CM 100FLS				
317	PÊRA DE BORRACHA C/ 3 VIAS 100ML	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
318	PIPETA DE WESTHEGREEN C/SUORTE VHS 200ML	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
319	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 10ML 1/10 – VIDRO	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
320	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 1ML 1/100 – VIDRO	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
321	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 5ML 1/10 – VIDRO	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
322	PIPETA VIDRO LI VHS	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
323	PLACA DE KLINE 12 ESCAVACÇÕES	UNIDADE	8	SIGILOSO	SIGILOSO
324	PLACA DE VIDRO FINA 6MM	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
325	PONTEIRA UNIVERSAL (0 A 200µL) AMARELA C/1.000 UNID	PACOTE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
326	PONTEIRA UNIVERSAL (200 A 1.000µL) AZUL C/1.000 UNID	PACOTE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
327	PROTEÍNA C RETAIVA - PCR LÁTEX C/100 TESTES	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
328	PROVETA GRAD BASE HEXAG DE POLIEST 250ML	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
329	PROVETA GRAD BASE HEXAG DE POLIEST 500ML	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
330	PSA TESTE RÁPIDO C/20 TESTES	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
331	SOLUCAO DE MILTON	LITRO	48	SIGILOSO	SIGILOSO
332	SORO ANTI-A – 10ML	FRASCO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
333	SORO ANTI-AB – 10ML	FRASCO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
334	SORO ANTI-B – 10ML	FRASCO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
335	SORO ANTI-D – 10ML	FRASCO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
336	SORO COOMBS POLIESP 10ML	FRASCO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
337	SUORTE PLASTICO PARA 8 MICROPIPETA	UNIDADE	8	SIGILOSO	SIGILOSO
338	SWAB ESTERIL HASTE PLASTICA C/100UND	PACOTE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
339	TESTE RÁPIDO DE DENGUE C/25	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
340	TOUCA DESC. SANFONADA C/ ELÁSTICO C/100 UNIDADES	PACOTE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
341	TRIGLICÉRIDES ENZIMÁTICO C/100 TESTES	KIT	64	SIGILOSO	SIGILOSO
342	TUBO 12X75MM VIDRO S/ TAMPA	UNIDADE	1600	SIGILOSO	SIGILOSO
343	TUBO 13X100MM VIDRO S/ TAMPA	UNIDADE	1600	SIGILOSO	SIGILOSO
344	TUBO A VÁCUO CITRATO SÓDICO 4,5ML C/ TAMPA C/100 UNID (AZUL)	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO
345	TUBO A VÁCUO EDTA 4ML C/ TAMPA C/100 UNID (ROXO)	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO
346	TUBO A VÁCUO FLUORETO 4ML C/ TAMPA C/100 UNID (CINZA)	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO

347	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 4ML C/ TAMPAS C/100 UNID (AMARELA)	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO
348	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 4ML C/ TAMPAS C/100 UNID (VERMELHO)	CAIXA	40	SIGILOSO	SIGILOSO
349	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 10ML C/ TAMPAS C/100 UNID (VERMELHO)	CAIXA	20	SIGILOSO	SIGILOSO
350	TUBO CAPILAR S/ HEPARINA C/500 UNID	CAIXA	32	SIGILOSO	SIGILOSO
351	TUBO CONICO P/CENTR.GRAD.PP	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
352	TUBO DE ENSAIO DE CRISTAL S/ TAMPAS 15X100MM	UNIDADE	640	SIGILOSO	SIGILOSO
353	TUBO DE ENSAIO DE CRISTAL S/TAMPAS 15X130MM	UNIDADE	640	SIGILOSO	SIGILOSO
354	URÉIA ENZIMÁTICA C/500 TESTES	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
355	VDRL5ML C/300 TESTES	KIT	32	SIGILOSO	SIGILOSO
356	KIT PARA TESTE DE SENSIBILIDADE ESTENSIÔMETRO (SEM-MES - WEINSTEIN) MONOFILAMENTO	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
357	PORTA LÂMINAS (CAPACIDADE PARA 3 LÂMINAS) BOREL PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	4	SIGILOSO	SIGILOSO
358	COTONETE SWAB INDIVIDUAL (ESTÉRIL)	UNIDADE	320	SIGILOSO	SIGILOSO
LOTE VI – MATERIAL ODONTOLÓGICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
359	ABRIDOR DE BOCA ADULTO	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
360	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
361	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% 10ML	FRASCO	300	SIGILOSO	SIGILOSO
362	ADESIVO DENTÁRIO	FRASCO	120	SIGILOSO	SIGILOSO
363	ÁGUA DESTILADA P/AUTOCLAVE 5 LITROS	GALÃO	100	SIGILOSO	SIGILOSO
364	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 UNID	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
365	AGULHA GENGIVAL 30G LONGA C/100 UNID	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
366	ALAVANCA SELDIN AD. CURVA DIREITA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
367	ALAVANCA SELDIN AD. CURVA ESQUERDA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
368	ALAVANCA SELDIN AD. RETA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
369	ÁLCOOL 70° C/12	CXS	24	SIGILOSO	SIGILOSO
370	ALGODÃO EM ROLETE	PACOTE	200	SIGILOSO	SIGILOSO
371	ALVEOLÓTOMO RETO LM	UNID	5	SIGILOSO	SIGILOSO
372	ANESTÉSICO LOCAL 3% (ALPHACAINE)C/50	CAIXA	5	SIGILOSO	SIGILOSO
373	ANESTÉSICO ODONTOLÓGICO (MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRI-	CAIXA	300	SIGILOSO	SIGILOSO

	NA) 2% C/V CX C/ 50 UNID				
374	ANESTÉSICO TÓPICO ODONTOLÓGICO 12G	POTE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
375	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
376	BROCA - KIT DE ACABAMENTO PARA RESINA	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
377	BROCA CARBIDE FG CIRURGICA 700	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
378	BROCA CIRURGICA CILÍNDRICA	UNID	36	SIGILOSO	SIGILOSO
379	BROCA CIRURGICA ESFÉRICA	UNID	36	SIGILOSO	SIGILOSO
380	BROCA DIAMANTADA 1012	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
381	BROCA DIAMANTADA 1014	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
382	BROCA DIAMANTADA 1016	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
383	BROCA PERA	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
384	BROCA PONTA DE LAPIS	UNIDADE	80	SIGILOSO	SIGILOSO
385	BROQUEIRO PARA CANETA ALTA C/20 PONTAS	KIT	10	SIGILOSO	SIGILOSO
386	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO METÁLICA	UNID	10	SIGILOSO	SIGILOSO
387	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO COM FLUOR (VILLEVIE)	UNID	50	SIGILOSO	SIGILOSO
388	CLORIDRATO DE PRILOCAINA 3% + FELIPRESSINA 1,8ML C/50	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
389	COLGADURA	UNID	5	SIGILOSO	SIGILOSO
390	CUNHA DE MADEIRA E/OU PLÁSTICA C/100	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
391	CURATIVO ALVEOLAR (ALVEOLEX)	UNID	10	SIGILOSO	SIGILOSO
392	CURETA DE ALVÉOLO Nº02	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
393	CURETA DE ALVÉOLO Nº04	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
394	CURETAS MC CALL 11-12	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
395	CURETAS MC CALL 13-14	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
396	CURETAS MC CALL 17-18	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
397	CURETAS MC CALL 19-20	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
398	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	200	SIGILOSO	SIGILOSO
399	ESPÁTULA DE INSERÇÃO	UNIDADE	60	SIGILOSO	SIGILOSO
400	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 24	UND	16	SIGILOSO	SIGILOSO
401	ESPATULA P/ RESINA COMPOSTA THOPSON, ANTERIOR E POSTERIOR	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
402	EXPLORADOR Nº 05	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
403	FILME PERIAPICAL ADULTO/INFANTIL C/150 UNID	CAIXA	2	SIGILOSO	SIGILOSO
404	FIO DENTAL 500M	UNID	20	SIGILOSO	SIGILOSO
405	FIO SUTURA NYLON 4-0	CXS	120	SIGILOSO	SIGILOSO
406	FITA CARBONO PARA ARTICULAÇÃO C/12	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
407	FIXADOR P/RAIO-X ODONTO-	UNIDADE	60	SIGILOSO	SIGILOSO

	LÓGICO C/ 475ML				
408	FLÚOR GEL 200ML	FRASCOS	100	SIGILOSO	SIGILOSO
409	FORCEPS ADULTO N. 17	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
410	FORCEPS N° 150	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
411	FORCEPS N° 151	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
412	FORCEPS N° 16	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
413	FORCEPS N° 17	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
414	FORCEPS N° 18L	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
415	FORCEPS N° 18R	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
416	FORCEPS N° 65	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
417	FORCEPS N° 69	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
418	FORMOCRESOL 10ML	FRASCO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
419	GAZE 7,5X7,5 9 FIOS C/500UNID	PCT	200	SIGILOSO	SIGILOSO
420	GORRO C/100 UNID	PCT	20	SIGILOSO	SIGILOSO
421	HEMOSTÁTICO LIQUIDO (HEMOSTOP)	UNID	20	SIGILOSO	SIGILOSO
422	HIDRO C - 24G	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
423	IONÔMERO DE VIDRO FOTO ATIVADO	CXS	25	SIGILOSO	SIGILOSO
424	KIT DE BORRACHAS DE ACABAMENTO DE RESINA	KIT	18	SIGILOSO	SIGILOSO
425	KIT DE CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO SPRY TRIPLO C/ REFRIGERAÇÃO	KIT	10	SIGILOSO	SIGILOSO
426	LÂMINA P/ BISTURI N° 11 CX C/100 UNID	CAIXA	15	SIGILOSO	SIGILOSO
427	LÂMINA P/ BISTURI N° 15 CX C/100 UNID	CAIXA	16	SIGILOSO	SIGILOSO
428	LUVAS DE PROCEDIMENTOS C/100 UNID TAM. M	CAIXA	300	SIGILOSO	SIGILOSO
429	LUVAS DE PROCEDIMENTOS C/100 UNID TAM. P	CAIXA	300	SIGILOSO	SIGILOSO
430	MÁSCARA DESC. TRIPLA C/ ELÁSTICO C/ 100 UNID	CAIXA	100	SIGILOSO	SIGILOSO
431	MATRIZ DE AÇO 5MM	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
432	MATRIZ DE AÇO 7MM	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
433	MICROBRUSH C/ 100 UNID	CXS	100	SIGILOSO	SIGILOSO
434	OCULOS PARA PROTEÇÃO	UNID	10	SIGILOSO	SIGILOSO
435	OLÉO LUBRIFICANTE P/ CANETA DE ALTA/BAIXA ROTAÇÃO 100ML	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
436	OTOSPORIN C/ 10ML	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO
437	PASTA PROFILÁTICA	TUBO	70	SIGILOSO	SIGILOSO
438	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2 (FILLMAGIC)	UNID	48	SIGILOSO	SIGILOSO
439	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3 (FILLMAGIC)	UNID	48	SIGILOSO	SIGILOSO
440	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3,5 (FILLMAGIC)	UNID	48	SIGILOSO	SIGILOSO
441	SUGADOR DESCARTÁVEL C/40	PCT	300	SIGILOSO	SIGILOSO

	UNID				
442	TIRA DE LIXA P/ ACABAMENTO DE AMÁLGAMA C/12	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
443	TIRA DE POLIÉSTER C/50 UNID	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
444	TIRA DE LIXA DE POLIESTER C/150 UNID	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
445	VIDRION F LIQ. 8ML	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO
446	VIDRION F PÓ 10G	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO

17.1 Os preços referenciais desta contratação terão caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021.

17.1.1 A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

17.1.2 Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade do objeto, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

17.1.3 Desta forma e por todo justificado anteriormente, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas de preços.

17.1.4 O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

18 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1 O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 071/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

18.2 Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerentes a contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
APÊNDICE – A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo investigar as Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. A presente contratação visa atender à necessidade de aquisição dos itens constantes nos lotes declarados fracassados no Pregão Eletrônico nº 003/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 1205001/2026.

1.1.2. Considerando que os referidos itens permanecem necessários ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e que não foi possível a sua contratação no certame anterior, torna-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a adequada prestação dos serviços públicos.

1.1.3. Os materiais laboratoriais são indispensáveis para a realização de exames e diagnósticos precisos, fundamentais para a definição de condutas clínicas adequadas. A aquisição desses materiais é necessária para assegurar a disponibilidade contínua de reagentes, insumos e equipamentos utilizados em exames laboratoriais rotineiros e de urgência, garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados, essenciais para o diagnóstico correto e o tratamento eficaz, bem como manter a capacidade de resposta rápida a surtos de doenças infecciosas e outras emergências de saúde pública.

1.1.4. Os materiais e instrumentos odontológicos são essenciais para a prestação de serviços de saúde bucal, que integram a atenção básica à saúde. A aquisição desses itens é necessária para viabilizar a realização de procedimentos odontológicos de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças bucais, assegurar o atendimento contínuo e de qualidade nas unidades de saúde bucal e promover a saúde bucal da população, prevenindo agravos, complicações mais graves e impactos negativos na qualidade de vida dos usuários.

1.1.5. Os medicamentos psicotrópicos são essenciais para o tratamento de transtornos mentais e comportamentais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pa-

cientes. A necessidade de aquisição desses medicamentos fundamenta-se no atendimento à demanda crescente por tratamentos em saúde mental, incluindo depressão, ansiedade, transtornos psicóticos e esquizofrenia, garantindo o acesso a terapias adequadas para pacientes em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social e a reabilitação, bem como no cumprimento dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelas políticas públicas de saúde mental.

1.1.6. Dessa forma, justifica-se a instauração de novo processo licitatório contemplando exclusivamente os lotes fracassados, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 Mesmo o município de Matões do Norte, não dispendo atualmente de um Plano Anual de Contratações (PAC) estabelecido, considera-se viável e relevante a aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA.

2.2 Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada no DFD nº 1205001/2026 e aprovada por meio do despacho da Autoridade competente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, a), 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Para o fornecimento pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

3.3. Os requisitos técnicos da contratação serão apresentados nos itens de qualificação técnica do Termo de Referência.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

4.1 A estimativa das quantidades necessárias para a eventuais aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA, teve como base o DFD nº 1205001/2026.

4.2 Memória de Cálculo - A memória de cálculo para a estimativa das quantidades foi elaborada considerando a totalidade conforme demanda foi apresentada no DFD nº 1205001/2026.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Conforme pesquisa de mercado realizada, utilizando os parâmetros Decreto Municipal 071/2023 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, priorizada a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente. Foram utilizadas contratações similares pela administração pública.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Estima-se que o valor total da contratação será R\$ (Orçamento de caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021). Conforme levantamento de contratações similares pela administração pública.

LOTE I - MATERIAIS LABORATORIAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
1	ACIDO CLORÍDRICO	UNIDADE	5	SIGILOSO	SIGILOSO
2	ÁCIDO ÚRICO C/100 TESTES	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
3	AGUA DEIONIZADA 5000ML	GALÃO	50	SIGILOSO	SIGILOSO
4	ALBUMINA 250ML C/250 TESTES	KIT	50	SIGILOSO	SIGILOSO
5	ÁLCOOL 99,5% ABSOLUTO 1.000ML	LITRO	60	SIGILOSO	SIGILOSO
6	ALCOOL ACIDO 3% DESCORANTE PARA BAAR 1000ML	LITRO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
7	ALCOOL METILICO (METANOL) P.A. 1000ML	LITRO	50	SIGILOSO	SIGILOSO
8	ALT / TGO CINÉTICO UV	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
9	ANTI HIV ½ TESTE RÁPIDO C/25 TESTES	KIT	50	SIGILOSO	SIGILOSO
10	ANTICOAGULANTE EDTA 20ML	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
11	ANTICOAGULANTE P/ GLICOSE FLUORETO 20ML	UNIDADE	48	SIGILOSO	SIGILOSO
12	ASO LÁTEX C/100 TESTES	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
13	AST / TGP CINÉTICO UV	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
14	AVENTAL DE TECIDO COM FORRO	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
15	AZUL DE METILENO 1.000ML	FRASCO	50	SIGILOSO	SIGILOSO
16	BALÃO VOLUMÉTRICO COM TAMPA 1000ML	UNIDADE	12	SIGILOSO	SIGILOSO
17	BETA HCG - TESTE RÁPIDO C/25 TESTES	KIT	40	SIGILOSO	SIGILOSO
18	BICO DE BUNSEM COM REGISTRO	UNIDADE	3	SIGILOSO	SIGILOSO
19	BILIRRUBINA TOTAL 50ML C/200 TESTES	KIT	48	SIGILOSO	SIGILOSO
20	CÁLICE DE SEDIMENTAÇÃO DE VIDRO 60ML	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
21	CALICE P/ SEDIMENTAÇÃO	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO

	GRADUADO 30ML				
22	CÂMERA DE NEUBAUER ESPELHADA	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
23	COLESTEROL ENZIMÁTICO C/200 TESTES	KIT	100	SIGILOSO	SIGILOSO
24	COLESTEROL HDL ENZIMÁTICO C/100 TESTES	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
25	COLETOR UNIVERSAL 80ML	UNIDADE	3.000	SIGILOSO	SIGILOSO
26	COLORAÇÃO DE ZIEHL NIELSEN 3X500ML	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
27	CREATININA COLORIMÉTRICA	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
28	CRONÔMETRO DIGITAL	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
29	E A 36 1000ML	LITRO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
30	ESTANTE DE PLÁSTICO C/36 TUBOS 17MM	UNIDADE	12	SIGILOSO	SIGILOSO
31	ESTANTE DE PLÁSTICO P/ 60 TUBOS 15X17MM	UNIDADE	12	SIGILOSO	SIGILOSO
32	FATOR REUMATÓIDE LÁTEX C/100 TESTES	KIT	24	SIGILOSO	SIGILOSO
33	FENOL P.A 500G	FRASCO	10	SIGILOSO	SIGILOSO
34	FITA REATIVA P/ URINA C/100 UND	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
35	FORMOL 37% 1.000ML	LITRO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
36	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO P.A 0500G	FRASCO	10	SIGILOSO	SIGILOSO
37	FOSFATO DE SODIO DIBASICO ANIDRO P.A. 1KG	FRASCO	10	SIGILOSO	SIGILOSO
38	FRASCO AMBAR GRAD. COM TAMPA 500ML	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
39	FUCSINA FENICADA GRAM 500ML	FRASCO	30	SIGILOSO	SIGILOSO
40	GLICERINA P.A. 1000ML	LITRO	24	SIGILOSO	SIGILOSO
41	GLICOSE ENZIMÁTICA C/500 TESTES	KIT	50	SIGILOSO	SIGILOSO
42	HEMATOXILINA DE HARRIS 1000ML	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
43	HEMATOXILINA DE HARRIS 500ML	UNIDADE	20	SIGILOSO	SIGILOSO
44	LÂMINA FOSCA NÃO LAPIDADA C/ 50 UNID	CAIXA	80	SIGILOSO	SIGILOSO
45	LÂMINA LISA NÃO LAPIDADA C/ 50 UNIDS	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
46	LAMÍNULA P/MICROSCÓPIO 22X22MM C/100 UNID	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
47	LAMPARINA A ÁLCOOL DE METAL	UNIDADE	8	SIGILOSO	SIGILOSO
48	LAMPARINA DE VIDRO A ÁLCOOL 100ML	UNIDADE	12	SIGILOSO	SIGILOSO
49	LANÇETA PARA CANETA CX C/100UND	CAIXA	30	SIGILOSO	SIGILOSO
50	LANCETA PICADORA C/200UND	CAIXA	30	SIGILOSO	SIGILOSO
51	LANCETADOR DESCARTA-	CAIXA	24	SIGILOSO	SIGILOSO

	VEL – 100 UNIDADES				
52	LÍQUIDO DE TURCK 1.000ML	FRASCO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
53	LUGOL FORTE 2% 1.000ML	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO
54	MASCARA BICO DE PATO PARA TUBERCULOSE FR 95	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
55	ÓLEO DE IMERSÃO 100ML	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
56	ORANGE 1000ML	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
57	PANÓTICO RÁPIDO P/COLORAÇÃO 3X500ML	KIT	25	SIGILOSO	SIGILOSO
58	PAPEL DE FILTRO QUALITATIVO 15,0CM 100FLS	CAIXA	30	SIGILOSO	SIGILOSO
59	PAPEL DE FILTRO QUALITATIVO 18,5CM 100FLS	CAIXA	30	SIGILOSO	SIGILOSO
60	PÊRA DE BORRACHA C/ 3 VIAS 100ML	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
61	PIPETA DE WESTHEGREEN C/SUPORTE VHS 200ML	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
62	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 10ML 1/10 – VIDRO	UNIDADE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
63	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 1ML 1/100 – VIDRO	UNIDADE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
64	PIPETA SOROLÓGICA GRADUADA 5ML 1/10 – VIDRO	UNIDADE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
65	PIPETA VIDRO LI VHS	UNIDADE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
66	PLACA DE KLINE 12 ESCAVAÇÕES	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
67	PLACA DE VIDRO FINA 6MM	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
68	PONTEIRA UNIVERSAL (0 A 200µL) AMARELA C/1.000 UNID	PACOTE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
69	PONTEIRA UNIVERSAL (200 A 1.000µL) AZUL C/1.000 UNID	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
70	PROTEÍNA C RETAIVA - PCR LÁTEX C/100 TESTES	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
71	PROVETA GRAD BASE HEXAG DE POLIEST 250ML	UNIDADE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
72	PROVETA GRAD BASE HEXAG DE POLIEST 500ML	UNIDADE	25	SIGILOSO	SIGILOSO
73	PSA TESTE RÁPIDO C/20 TESTES	KIT	50	SIGILOSO	SIGILOSO
74	SOLUCAO DE MILTON	LITRO	60	SIGILOSO	SIGILOSO
75	SORO ANTI-A – 10ML	FRASCO	30	SIGILOSO	SIGILOSO
76	SORO ANTI-AB – 10ML	FRASCO	30	SIGILOSO	SIGILOSO
77	SORO ANTI-B – 10ML	FRASCO	30	SIGILOSO	SIGILOSO
78	SORO ANTI-D – 10ML	FRASCO	30	SIGILOSO	SIGILOSO
79	SORO COOMBS POLIESP 10ML	FRASCO	30	SIGILOSO	SIGILOSO
80	SUPORTE PLASTICO PARA 8 MICROPIPETA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
81	SWAB ESTERIL HASTE PLASTICA C/100UND	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
82	TESTE RÁPIDO DE DENGUE	KIT	50	SIGILOSO	SIGILOSO

	C/25				
83	TOUCA DESC. SANFONADA C/ ELÁSTICO C/100 UNIDADES	PACOTE	50	SIGILOS	SIGILOS
84	TRIGLICÉRIDES ENZIMÁTICO C/100 TESTES	KIT	80	SIGILOS	SIGILOS
85	TUBO 12X75MM VIDRO S/ TAMP	UNIDADE	2.000	SIGILOS	SIGILOS
86	TUBO 13X100MM VIDRO S/ TAMP	UNIDADE	2.000	SIGILOS	SIGILOS
87	TUBO A VÁCUO CITRATO SÓDICO 4,5ML C/ TAMP C/100 UNID (AZUL)	CAIXA	50	SIGILOS	SIGILOS
88	TUBO A VÁCUO EDTA 4ML C/ TAMP C/100 UNID (ROXO)	CAIXA	50	SIGILOS	SIGILOS
89	TUBO A VÁCUO FLUORETO 4ML C/ TAMP C/100 UNID (CINZA)	CAIXA	50	SIGILOS	SIGILOS
90	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 4ML C/ TAMP C/100 UNID (AMARELA)	CAIXA	50	SIGILOS	SIGILOS
91	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 4ML C/ TAMP C/100 UNID (VERMELHO)	CAIXA	50	SIGILOS	SIGILOS
92	TUBO A VÁCUO SILICONIZADO 10ML C/ TAMP C/100 UNID (VERMELHO)	CAIXA	25	SIGILOS	SIGILOS
93	TUBO CAPILAR S/ HEPARINA C/500 UNID	CAIXA	40	SIGILOS	SIGILOS
94	TUBO CONICO P/CENTR.GRAD.PP	UNIDADE	50	SIGILOS	SIGILOS
95	TUBO DE ENSAIO DE CRISTAL S/ TAMP 15X100MM	UNIDADE	800	SIGILOS	SIGILOS
96	TUBO DE ENSAIO DE CRISTAL S/TAMP 15X130MM	UNIDADE	800	SIGILOS	SIGILOS
97	URÉIA ENZIMÁTICA C/500 TESTES	KIT	30	SIGILOS	SIGILOS
98	VDRL5ML C/300 TESTES	KIT	40	SIGILOS	SIGILOS
99	KIT PARA TESTE DE SENSIBILIDADE ESTENSIÔMETRO (SEMMES - WEINSTEIN) MONOFILAMENTO	KIT	30	SIGILOS	SIGILOS
100	PORTA LÂMINAS (CAPACIDADE PARA 3 LÂMINAS) BOREL PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	5	SIGILOS	SIGILOS
101	COTONETE SWAB INDIVIDUAL (ESTÉRIL)	UNIDADE	400	SIGILOS	SIGILOS
LOTE II – MATERIAL ODONTOLÓGICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
102	ABRIDOR DE BOCA ADULTO	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
103	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL	UNIDADE	10	SIGILOS	SIGILOS
104	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% 10ML	FRASCO	300	SIGILOS	SIGILOS

105	ADESIVO DENTÁRIO	FRASCO	120	SIGILOSO	SIGILOSO
106	ÁGUA DESTILADA P/AUTOCLAVE 5 LITROS	GALÃO	100	SIGILOSO	SIGILOSO
107	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 UNID	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
108	AGULHA GENGIVAL 30G LONGA C/100 UNID	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
109	ALAVANCA SELDIN AD. CURVA DIREITA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
110	ALAVANCA SELDIN AD. CURVA ESQUERDA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
111	ALAVANCA SELDIN AD. RETA	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
112	ÁLCOOL 70° C/12	CXS	24	SIGILOSO	SIGILOSO
113	ALGODÃO EM ROLETE	PACOTE	200	SIGILOSO	SIGILOSO
114	ALVEOLÓTOMO RETO LM	UNID	5	SIGILOSO	SIGILOSO
115	ANESTÉSICO LOCAL 3% (ALPHACAINE)C/50	CAIXA	5	SIGILOSO	SIGILOSO
116	ANESTÉSICO ODONTOLÓGICO (MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA) 2% C/V CX C/ 50 UNID	CAIXA	300	SIGILOSO	SIGILOSO
117	ANESTÉSICO TÓPICO ODONTOLÓGICO 12G	POTE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
118	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
119	BROCA - KIT DE ACABAMENTO PARA RESINA	KIT	30	SIGILOSO	SIGILOSO
120	BROCA CARBIDE FG CIRURGICA 700	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
121	BROCA CIRURGICA CILÍNDRICA	UNID	36	SIGILOSO	SIGILOSO
122	BROCA CIRURGICA ESFÉRICA	UNID	36	SIGILOSO	SIGILOSO
123	BROCA DIAMANTADA 1012	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
124	BROCA DIAMANTADA 1014	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
125	BROCA DIAMANTADA 1016	UNIDADE	50	SIGILOSO	SIGILOSO
126	BROCA PERA	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
127	BROCA PONTA DE LAPIS	UNIDADE	80	SIGILOSO	SIGILOSO
128	BROQUEIRO PARA CANETA ALTA C/20 PONTAS	KIT	10	SIGILOSO	SIGILOSO
129	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO METÁLICA	UNID	10	SIGILOSO	SIGILOSO
130	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO COM FLUOR (VILLEVIE)	UNID	50	SIGILOSO	SIGILOSO
131	CLORIDRATO DE PRILOCAINA 3% + FELIPRESSINA 1,8ML C/50	CAIXA	50	SIGILOSO	SIGILOSO
132	COLGADURA	UNID	5	SIGILOSO	SIGILOSO
133	CUNHA DE MADEIRA E/OU PLASTICA C/100	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
134	CURATIVO ALVEOLAR (ALVEOLEX)	UNID	10	SIGILOSO	SIGILOSO

135	CURETA DE ALVÉOLO N°02	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
136	CURETA DE ALVÉOLO N°04	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
137	CURETAS MC CALL 11-12	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
138	CURETAS MC CALL 13-14	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
139	CURETAS MC CALL 17-18	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
140	CURETAS MC CALL 19-20	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
141	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	200	SIGILOSO	SIGILOSO
142	ESPÁTULA DE INSERÇÃO	UNIDADE	60	SIGILOSO	SIGILOSO
143	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO N° 24	UND	16	SIGILOSO	SIGILOSO
144	ESPATULA P/ RESINA COMPOSTA THOPSON, ANTERIOR E POSTERIOR	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
145	EXPLORADOR N° 05	UNIDADE	40	SIGILOSO	SIGILOSO
146	FILME PERIAPICAL ADULTO/INFANTIL C/150 UNID	CAIXA	2	SIGILOSO	SIGILOSO
147	FIO DENTAL 500M	UNID	20	SIGILOSO	SIGILOSO
148	FIO SUTURA NYLON 4-0	CXS	120	SIGILOSO	SIGILOSO
149	FITA CARBONO PARA ARTICULAÇÃO C/12	CXS	20	SIGILOSO	SIGILOSO
150	FIXADOR P/RAIO-X ODONTOLÓGICO C/ 475ML	UNIDADE	60	SIGILOSO	SIGILOSO
151	FLÚOR GEL 200ML	FRASCOS	100	SIGILOSO	SIGILOSO
152	FORCEPS ADULTO N. 17	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
153	FORCEPS N° 150	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
154	FORCEPS N° 151	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
155	FORCEPS N° 16	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
156	FORCEPS N° 17	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
157	FORCEPS N° 18L	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
158	FORCEPS N° 18R	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
159	FORCEPS N° 65	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
160	FORCEPS N° 69	UNIDADE	10	SIGILOSO	SIGILOSO
161	FORMOCRESOL 10ML	FRASCO	20	SIGILOSO	SIGILOSO
162	GAZE 7,5X7,5 9 FIOS C/500UNID	PCT	200	SIGILOSO	SIGILOSO
163	GORRO C/100 UNID	PCT	20	SIGILOSO	SIGILOSO
164	HEMOSTÁTICO LIQUIDO (HEMOSTOP)	UNID	20	SIGILOSO	SIGILOSO
165	HIDRO C - 24G	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
166	IONÔMERO DE VIDRO FOTOATIVADO	CXS	25	SIGILOSO	SIGILOSO
167	KIT DE BORRACHAS DE ACABAMENTO DE RESINA	KIT	18	SIGILOSO	SIGILOSO
168	KIT DE CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO SPRY TRIPLO C/ REFRIGERAÇÃO	KIT	10	SIGILOSO	SIGILOSO
169	LÂMINA P/ BISTURI N° 11 CX C/100 UNID	CAIXA	15	SIGILOSO	SIGILOSO
170	LÂMINA P/ BISTURI N° 15 CX C/100 UNID	CAIXA	16	SIGILOSO	SIGILOSO

171	LUVAS DE PROCEDIMENTOS C/100 UNID TAM. M	CAIXA	300	SIGILOSO	SIGILOSO
172	LUVAS DE PROCEDIMENTOS C/100 UNID TAM. P	CAIXA	300	SIGILOSO	SIGILOSO
173	MÁSCARA DESC. TRIPLA C/ ELÁSTICO C/ 100 UNID	CAIXA	100	SIGILOSO	SIGILOSO
174	MATRIZ DE AÇO 5MM	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
175	MATRIZ DE AÇO 7MM	UNIDADE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
176	MICROBRUSH C/ 100 UNID	CXS	100	SIGILOSO	SIGILOSO
177	OCULOS PARA PROTEÇÃO	UNID	10	SIGILOSO	SIGILOSO
178	OLÉO LUBRIFICANTE P/ CANETA DE ALTA/BAIXA ROTAÇÃO 100ML	UNIDADE	24	SIGILOSO	SIGILOSO
179	OTOSPORIN C/ 10ML	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO
180	PASTA PROFILÁTICA	TUBO	70	SIGILOSO	SIGILOSO
181	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2 (FILLMAGIC)	UNID	48	SIGILOSO	SIGILOSO
182	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3 (FILLMAGIC)	UNID	48	SIGILOSO	SIGILOSO
183	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3,5 (FILLMAGIC)	UNID	48	SIGILOSO	SIGILOSO
184	SUGADOR DESCARTÁVEL C/40 UNID	PCT	300	SIGILOSO	SIGILOSO
185	TIRA DE LIXA P/ ACABAMENTO DE AMÁLGAMA C/12	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
186	TIRA DE POLIÉSTER C/50 UNID	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
187	TIRA DE LIXA DE POLIESTER C/150 UNID	PACOTE	30	SIGILOSO	SIGILOSO
188	VIDRION F LIQ. 8ML	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO
189	VIDRION F PÓ 10G	FRASCO	15	SIGILOSO	SIGILOSO
LOTE III – MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL (PORTARIA 344/1998)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
190	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSO	SIGILOSO
191	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML	FRASCO	120	SIGILOSO	SIGILOSO
192	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSO	SIGILOSO
193	AMITRIPITILINA 25MG	UNIDADE	7.200	SIGILOSO	SIGILOSO
194	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	960	SIGILOSO	SIGILOSO
195	BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO	720	SIGILOSO	SIGILOSO
196	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO	720	SIGILOSO	SIGILOSO
197	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO	7.200	SIGILOSO	SIGILOSO
198	CARBAMAZEPINA 20MG/ML	FRASCO	80	SIGILOSO	SIGILOSO
199	CARBAMAZEPINA 400MG	COMPRIMIDO	240	SIGILOSO	SIGILOSO
200	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMPRIMIDO	240	SIGILOSO	SIGILOSO
201	CLONAZEPAM 0,5MG	COMPRIMIDO	240	SIGILOSO	SIGILOSO
202	CLONAZEPAM 2,5MG/ML	FRASCO	480	SIGILOSO	SIGILOSO
203	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	7.200	SIGILOSO	SIGILOSO
204	CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	40	SIGILOSO	SIGILOSO

205	CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
206	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - 2 ML	AMPOLAS	360	SIGILOSOS	SIGILOSOS
207	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5 MG/ML - 2,5	AMPOLAS	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
208	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML - 2 ML	AMPOLAS	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
209	DIAZEPAM 5MG/ML SOL. INJ - 2 ML	AMPOLAS	200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
210	DIAZEPAM 10MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
211	DIAZEPAM 5MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
212	FENITOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
213	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO	4.800	SIGILOSOS	SIGILOSOS
214	FENOBARBITAL GOTAS 40MG/ML	FRASCO	120	SIGILOSOS	SIGILOSOS
215	FLUOXETINA 20MG	CÁPSULA	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
216	HALOPERIDOL 5MG/ML SOL. INJ. - 2ML	AMPOLAS	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
217	HALOPERIDOL 1MG	COMPRIMIDO	200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
218	HALOPERIDOL 2MG/ML	FRASCO	200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
219	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
220	LEVOMEPRIMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
221	LEVOMEPRIMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
222	OLANZAPINA 10 MG	COMPRIMIDO	2.400	SIGILOSOS	SIGILOSOS
223	PAROXETINA 20MG	COMPRIMIDO	4.800	SIGILOSOS	SIGILOSOS
224	PERICIAZINA 10MG /ML	FRASCO	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
225	PERICIAZINA 40 MG/ML	FRASCO	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
226	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	3.800	SIGILOSOS	SIGILOSOS
227	RISPERIDONA 2MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
228	RISPERIDONA 3MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
229	SERTRALINA CLD 50MG	COMPRIMIDO	2.000	SIGILOSOS	SIGILOSOS
230	OLANZAPINA 5MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
231	RISPERIDONA 1MG/ML	FRASCO	960	SIGILOSOS	SIGILOSOS
232	VENLAFAXINA 75MG	COMPRIMIDO	1.200	SIGILOSOS	SIGILOSOS
233	QUETIAPINA 25MG	COMPRIMIDO	3.600	SIGILOSOS	SIGILOSOS
LOTE IV – INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL
234	AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR P TIREOIDE	UNID	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS
235	BANDEJA (22X17X1,5CM)	UNID	25	SIGILOSOS	SIGILOSOS
236	CABO DE BISTURI Nº03	UNID	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
237	CABO DE ESPELHO	UNID	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
238	CAIXA CIRURGICA METAL RETANGULAR (32X16X8CM)	UNID	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
239	CAIXA METALICA 26X14X06 CM	UNID	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
240	CAMARA ESCURA PORTÁTIL	UNID	1	SIGILOSOS	SIGILOSOS

241	CURETA DE DENTINA	UNID	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
242	DESCOLADOR DE MOLT Nº 09	UNIDADE	30	SIGILOSOS	SIGILOSOS
243	ESPELHO BUCAL Nº 05 COM CABO	UNIDADE	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
244	ESPELHO BUCAL Nº 05 SEM CABO	UNIDADE	20	SIGILOSOS	SIGILOSOS
245	FOTOPOLIMERIZADOR	UNIDADE	5	SIGILOSOS	SIGILOSOS
246	PINÇA CLÍNICA Nº17 COMUM	UNIDADE	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
247	PINÇA HEMOSTÁTICA PEQUENA TIPO KELLY CURVA	UNIDADE	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
248	PLACA DE VIDRO GROSSA	UNIDADE	8	SIGILOSOS	SIGILOSOS
249	PONTAS DIAMANTADA P/ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA, SERIE FF	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
250	PONTAS DIAMANTADA P/ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA, SERIE F	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
251	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
252	POTES DE DAPPEN DE VIDRO	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
253	SELANTE	UNID	12	SIGILOSOS	SIGILOSOS
254	SERINGA CARPULE	UNID	40	SIGILOSOS	SIGILOSOS
255	SINDEMOTOMOS	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
256	SONDA MILIMETRADA	UNIDADE	10	SIGILOSOS	SIGILOSOS
257	TESOURA RETA PEQUENA	UNIDADE	30	SIGILOSOS	SIGILOSOS

7. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7.1 O objetivo deste ETP é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda.

7.2 Considerando as características de utilização, as quantidades de produtos necessários, os períodos informados e os valores estimados, conclui-se que a melhor opção é a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva contratação dos produtos assim também pela boa qualidade e procedência de cada produto licitado.

7.3 Ademais ressaltamos o que se dispõe na Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem diagnosticar e reduzir ao risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, do qual emerge o Sistema Único de Saúde (SUS).

7.4 A escolha da solução está devidamente justificada, com base nos benefícios e vantagens que ela proporcionará e que a diferencie das demais alternativas. A justificativa abrange a identificação dos benefícios desejados e a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, quais sejam:

8. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

8.1 A modalidade PREGÃO mostrou-se a mais vantajosa e após estudo comparativo optou-se pela forma ELETRÔNICA. As vantagens mais evidenciadas para o pregão eletrônico foram: maior abrangência, melhor concorrência implicando em propostas mais vantajosas, agilidade, maior velocidade, possibilidade de fazer mais de um pregão simultaneamente, desburocratização e transparência.

9. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O fornecimento em epígrafe será contratado **por lotes**, conforme o enquadramento do gênero dos produtos, considerando-se que tal forma de contratação se mostra **tecnicamente adequada e economicamente viável**, proporcionando melhor aproveitamento das condições do mercado fornecedor e maior eficiência na gestão dos futuros contratos.

A divisão da solução em lotes atende ao disposto no **art. 23 e art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que o parcelamento do objeto, neste caso, contribui para a ampliação da competitividade, a obtenção de propostas mais vantajosas e a mitigação de riscos operacionais, sem prejuízo à economia de escala.

A opção pela licitação por lotes fundamenta-se nos seguintes aspectos:

9.1. Economia de Escala

A contratação por lotes possibilita a aquisição de volumes maiores de produtos, favorecendo a obtenção de preços mais competitivos, em razão do poder de negociação decorrente da compra em escala, o que resulta na redução dos custos globais para a Administração Pública.

9.2. Eficiência Logística e Operacional

A organização dos itens em lotes homogêneos facilita a gestão de estoque, o armazenamento e a distribuição dos produtos, simplificando os processos logísticos e reduzindo custos operacionais, além de contribuir para o controle de prazos de validade e rastreabilidade.

9.3. Ampliação da Competitividade

A estruturação por lotes, com critérios técnicos equilibrados, permite a participação de empresas especializadas em cada segmento, inclusive de pequeno e médio porte, ampliando a concorrência e atendendo ao princípio da competitividade previsto no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

9.4. Redução do Risco de Desabastecimento

O agrupamento de itens por similaridade e finalidade possibilita maior previsibilidade no fornecimento, reduzindo a probabilidade de atrasos ou falhas na entrega de produtos essenciais, especialmente aqueles destinados à atenção básica e aos atendimentos de urgência.

9.5. Compatibilidade Técnica e Padronização

A formação dos lotes considera a compatibilidade técnica entre os produtos, especialmente no caso de medicamentos e insumos utilizados em conjunto, assegurando padronização, qualidade e segurança na execução dos serviços de saúde.

9.6. Agilidade no Processo de Contratação

A consolidação dos itens em lotes reduz a fragmentação do certame, diminuindo a carga administrativa, otimizando o acompanhamento contratual e conferindo maior celeridade às aquisições públicas.

9.7. Planejamento Estratégico da Contratação

A divisão em lotes permite priorizar grupos de produtos essenciais e estratégicos, alinhando a aquisição às necessidades da rede municipal de saúde e ao planejamento das ações públicas, promovendo o uso racional dos recursos disponíveis.

No caso em tela, a licitação por lotes revela-se mais satisfatória sob o ponto de vista da **eficiência técnica e administrativa**, uma vez que possibilita maior controle por parte da Administração quanto à entrega, conferência e conformidade dos produtos. Ademais, favorece a interação entre as fases da execução contratual, facilita o cumprimento do cronograma e dos prazos estabelecidos, concentra a responsabilidade pela execução do objeto e assegura maior efetividade na garantia dos resultados contratados.

Dessa forma, opta-se pelo **juízo por lotes** visando à obtenção de produtos com melhor qualidade, à atração de empresas especializadas, à facilitação da gestão do fornecimento, à maior agilidade na entrega e, por fim, à obtenção de propostas mais

vantajosas para a Administração Pública, em consonância com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e interesse público**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

10.1 Com eventuais aquisições de Materiais Laboratoriais, Material Odontológico, Instrumentos Odontológicos e Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA busca-se atender a manutenção, promoção da saúde pública e o bem-estar da população.

10.2 Busca-se ainda manter a melhoria na qualidade do atendimento, aumento da capacidade de diagnóstico, melhoria na saúde bucal, acesso a tratamentos de saúde mental, esses resultados esperados destacam a importância e os benefícios das aquisições de medicamentos e insumos para a Rede Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1 Após uma análise presente contratação não depende de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos, ou seja, ocorre de forma independente. para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Matões do Norte – MA. Este estudo concluiu que a execução do objeto da contratação pode ser integralmente atendida pelos termos e condições estabelecidos na contratação principal, com a necessidade de serviços ou suprimentos adicionais.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Os bens a serem adquiridos não trazem possíveis impactos ambientais.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Gerenciamento de Risco	Ação Preventiva	Ação Contingente
Atraso na entrega dos bens, e descumprimento de prazos; Receber os bens fora das especificações exigidas, ou de qualidade inferior ao adquirido.	Comunicação com a empresa logo que verificada a possibilidade de ocorrência de atraso dos bens; Acompanhamento rigoroso no recebimento dos bens.	Acompanhamento rigoroso dos prazos e aplicação das sanções previstas em caso de atraso na entrega; Recusa do bem e exigência da contratada que atenda as especificações.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1 A área demandante, isoladamente ou em conjunto com outros setores, declara, de forma conclusiva, que a pretendida contratação é:

14.2 Adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.

Justificativa: Pelo exposto, vê-se que a melhor solução será através da contratação dos bens a serem adquiridos por empresa especializada.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. Nº 1205001/2026

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 071/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº022/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nome empresarial:						
CNPJ nº:						
Endereço:						
(DDD) Telefone:						
E-mail:						
Representante legal:						
CPF nº:						
Item	Especificação	Unid.	Marca/Modelo	Quant.	Preço Unit. Registrado (R\$)	Preço total Registrado (R\$)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____.

3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: _____.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, conforme alterações proferidas pela Lei Federal nº14.770/23, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada

exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a exigência do edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do edital, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no edital, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro do Município de Cantanhede, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

MATÕES DO NORTE/MA, ___ de _____ de 2026

MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE
XXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:

.....
CNPJ nº: Nome Cargo : R.G. :

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1205001/2026

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE, por meio da _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para o fornecimento contínuo na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE, ESTADO DO MARANHÃO**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade CONTRATADA], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº 022/2026, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 1205001/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2026;
- b) Termo de Referência;
- c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;

d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os **fornecimentos contínuos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ _____
(por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ *[setor competente do órgão ou entidade contratante]*.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domi-

cílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O objeto do presente instrumento não será reajustado, salvo condições excepcionais.

Parágrafo Primeiro – No caso de reajuste, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25%

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo Quarto - O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro do exercício vigente, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização do fornecimento dos produtos caberá à comissão designada por ato do _____ [titular do órgão ou entidade contratante]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento dos produtos contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o

exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO

O presente contrato será executado conforme especificações constantes no termo de referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro do exercício vigente, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [autoridade competente] _____ que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, fornecer os produtos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas

em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma

do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, classificada conforme abaixo especificado:

UNI. ORÇAMENTARIA:
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:
PROJ. ATIVIDADE:
ELEMENTO DE DESPESA:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cantanhede/MA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#), além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Matões do Norte/MA, em _____ de _____ de 2026.

**Agente Público competente do órgão
ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

CONTRATADO